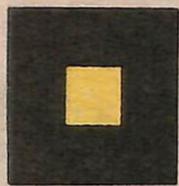


JORNAL DO PSICÓLOGO

BELO HORIZONTE, ANO 9, Nº 35, DEZEMBRO 91 / JANEIRO 92



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 4ª REGIAO



6º PLENÁRIO
CRP-04



JIP

Marcelo Krayser

PESQUISA

Perfil do Conselho de Psicologia

Página 7

CRP- 04

Quem é o psicólogo educacional em BH ?



Página 8

SAÚDE MENTAL

Corredores, alas e enfermarias de Minas

Página 12



Democracia e Constituinte no Conselho

O 6º Plenário do CRP-04, nestes dois anos de sua gestão, viveu situações extremamente complexas que, na verdade, refletem a complexidade porque passa a nossa sociedade neste final de século. Some-se a isso o fato de que este grupo tem se sustentado pela prática do jogo democrático, um exercício novo para nós brasileiros.

O jogo democrático é algo difícil de operacionalizar, na medida em que implica em conviver e respeitar diferenças e, sobretudo, aprender que a vontade pessoal não pode se sobrepor à vontade coletiva. E, para a nossa categoria, nada mais difícil do que conviver com a coletividade. No entanto, podemos dizer que este 6º Plenário tem caminhado no sentido de consolidar sua carta-programa que o elegeram. Haja vista neste número do JP o trabalho que temos feito juntos aos psicólogos que atuam na área de Saúde, Educação, Organização etc, além de termos iniciado com a categoria a discussão sobre a questão do corporativismo e qual o papel que esta instituição tem ou deveria ter junto aos psicólogos e à sociedade civil.

Estas discussões necessitam ser ampliadas e aprofundadas com a categoria até atingirmos maturidade política para tomarmos decisões quanto à nossa forma de organização na sociedade. Avançamos nesta discussão através do Encontro Geral das Plenárias dos CRPs realizado em Belo Horizonte, em outubro, onde instaurou-se um processo constituinte dentro de nossa autarquia.

O processo constituinte é prioridade desse 6º Plenário e deverá permear todas as nossas atividades em 1992. Todas as discussões e mudanças que o 6º Plenário tem realizado e vem implementando no CRP-04 ampliarão o conceito que os psicólogos têm da Psicologia. Estamos iniciando uma metamorfose na avaliação da categoria sobre o papel e a função dos conselhos. Metamorfose que, esperamos, resulte no desenvolvimento de ações políticas da categoria que tenham ressonância no contexto social.



O jogo democrático implica em conviver, respeitar diferenças e aprender que a vontade pessoal não se sobrepõe à coletiva

ANUIDADE 92

Conforme deliberação da Assembleia Geral dos Psicólogos realizada em outubro de 1991 (ver matéria na pág 4), o CRP-04 vem esclarecer que: o valor da anuidade de Cr\$20 mil em agosto foi reajustado até dezembro de 91 projetando-se para o período de recolhimento. Fixou-se em março de 92, no valor de Cr\$93.312,00. Os CRPs, em negociação com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) optaram por oferecer um desconto maior para o pagamento de parcela única nos meses de janeiro e fevereiro. A partir do dia 7 de abril de 1992 a anuidade será corrigida pelo índice oficial do governo.

ANUIDADE/92

	Vencimento	Desconto	Valor
Parcela Única	05/02/92	40%	55.987,20
	05/03/92	20%	74.649,60
	06/04/92	-	93.312,00
Parcelamento	05/02/92	-	31.104,00
	05/03/92	-	31.104,00
	06/04/92	-	31.104,00

JORNAL DO PSICÓLOGO

Órgão Oficial do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG/ES).

Rua Tomé de Souza, 860 - 10º andar - Savassi
CEP 30140 - Belo Horizonte - MG
Fones: (031)273-1146 e 273-5718.
Telex: (031)392882

DIRETORIA -

Marta Elizabeth de Souza (presidente),
Vera Lúcia Dias (vice-presidente),
Maria de Fátima Pio Cassemiro (tesoureira),
Rita de Cássia Siqueira Dias (secretária).

6º PLENÁRIO - Conselheiros:

Bianca Guimarães Veloso Carneiro,
Gisele Onete Marani Bahia, Kátia França
Ribeiro de Almeida (EES), Lúcia Helena

Macedo, Maria de Fátima Pio Cassemiro,
Rita de Cássia Siqueira Dias, Rosana
Simone Bottare, Vera Lúcia Dias (ETM),
Luís Cláudio Alves (ESM), Marta
Elizabeth de Souza.
Representante junto ao CFP -
José Estanislau Vilela.

Jornalista Responsável:
Ângela Carrato - 2.276/MG;
Fotografias: Harley Carneiro
Diagramação e Arte: Cláudia Barcellos
Impressão: Hoje em Dia
Tiragem: 9.500 exemplares.

As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.
Comissão de pauta: 6º plenário.

NOTAS / NOTAS / NOTAS / NOTAS / NOTAS / NOTAS

FÉRIAS COLETIVAS - Conforme noticiado no número de outubro/novembro do JP, a partir de 20 de dezembro os funcionários do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região vão entrar em férias coletivas. As férias duram até 20 de janeiro. Mesmo assim, visando garantir atendimento aos associados, estará funcionando um plantão diário de 12h30m às 18h30m, a cargo de Suely Periard e Washington Augusto Demicheli. Os escritórios setoriais não terão qualquer atividade neste período.

CRIANÇA - A Comissão de Psicologia Educacional esteve representada no seminário preparatório "O Que É Uma Criança", realizado em 29 de novembro. O seminário preparatório acon-

teceu por iniciativa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Distrito Regional Centro-Sul) e da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Centro Psicopedagógico.

CONTRIBUIÇÃO - O JP é um veículo de informação e comunicação do CRP-04 aberto a todos os psicólogos. Sua contribuição é sempre bem vinda. O jornal está aberto para a publicação de artigos, resenhas, comentários, levando-se em conta, sempre, o interesse maior dos psicólogos e da Psicologia. Em 1991, várias foram as pessoas que contribuíram com artigos e sugestões para o JP. Em 1992, a direção do CRP-04 espera ampliar ainda mais o leque de colaboradores.



Um ano de muito trabalho

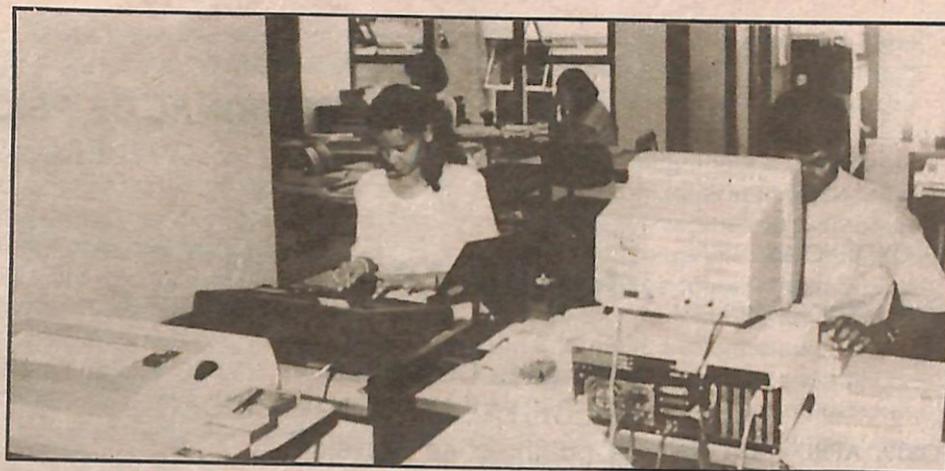
Os bons ventos do Sul

O resultado do trabalho realizado no Sul de Minas deixou todos os diretores envolvidos na preparação satisfeitos. Aqueles que foram até o Teatro Municipal de Alfenas para debates, mesas redondas, discussões sobre a cientificidade da Psicologia, Cultura e Ciências Humanas, Psicologia e Teorias Contemporâneas estão de parabéns. Parabéns, também, para os que foram conhecer o espaço cultural do Escritório do Sul de Minas - que fica bem no coração de Alfenas. Lá, puderam apreciar as exposições "Objetos", do psicólogo e artista plástico Ademir Antônio Nogueira, e "Natureza Viva", do artista Francisco Veiga, de Três Pontas.

O espaço cultural do ESM tem sido importante elo de aproximação da Psicologia com a comunidade sul mineira. Mais uma vez, mostrando a ligação importante entre a cultura e a comunidade, a comemoração da Semana do Psicólogo em Alfenas terminou com a melhor qualidade.

Outro espaço em que ficou marcada a atuação do ESM diz respeito ao contato com os alunos da Faculdade de Psicologia do Sul de Minas. Além do contato, o EMS, junto com o diretório acadêmico, apoiou uma série de eventos como palestra sobre adolescentes e meninos de rua. O ESM esteve presente, também, na Conferência Estadual de Saúde e na Reunião Geral das plenárias do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).

A dimensão de Minas Gerais é uma variável que tem dificultado a presença de maior número de psicólogos nas programações desenvolvidas pelo ESM. Essa ausência preocupa. Razão pela qual mais do que nunca é necessário continuar a cumprir o papel que tem sustentado os Escritórios Setoriais de uma maneira geral. Ou seja: uma referência que propicie o contato da Psicologia com a sociedade em geral, com o cidadão usuário da Psicologia e com o psicólogo.



Informações rápidas e atualizadas, a nova realidade do CRP-04

Saldo extremamente positivo no Triângulo

Com sede em Uberaba e área de atuação nas cidades que integram o Triângulo Mineiro, o Escritório Setorial do Triângulo conta com mais de 800 psicólogos inscritos. Ele foi implantado formalmente a partir de julho de 1991 e hoje possui sede própria com infra-estrutura mínima (telefone, móveis, arquivos e máquina de escrever), secretária, além de editar um boletim informativo, de circulação bimensal e com tiragem de 1000 exemplares. Até o momento, foram feitas quatro edições deste boletim.

Em agosto, o Escritório do Triângulo comemorou a Semana do Psicólogo. Comemoração que integrou a programação geral do CRP-04. A Semana do Psicólogo contou com a exibição de filme, mesas redondas e debates sobre assuntos relevantes para a categoria a exemplo da questão da ética profissional, a luta anti-manicomial e a função dos Conselhos.

Um saldo extremamente positivo em se tratando das atividades do Escritório do Triângulo diz respeito à criação dos "Representantes" da categoria nas cidades com mais de 20 psicólogos inscritos no CRP-04 (Uberlândia, Patos de Minas, Ituiutaba,

Araxá e Araguari), dando continuidade à proposta de crescente abertura e participação do maior número possível de profissionais nas atividades do Escritório.

Neste sentido, já foram realizadas três reuniões em Uberaba, Uberlândia e Patos de Minas, além de visitas a cada uma das principais cidades da região. O Escritório do Triângulo esteve representado no Encontro Geral das Plenárias dos Conselhos Regionais, realizado em outubro de 25 a 27, onde se discutiu a função social dos conselhos.

Foi feito, igualmente, o lançamento do livro "A Loucura na Sala de Jantar" do psicólogo Jacques Delgado, que trata da experiência da desospitalização, momento que serviu como oportunidade para a "apresentação oficial" do Escritório à categoria e à comunidade.

O Escritório do Triângulo pautou ainda sua atuação pelo estímulo e organização de segmentos profissionais (áreas de Psicologia do Trabalho, Psicologia Educacional, e Psicologia da Saúde), objetivando o intercâmbio entre os profissionais, a valorização da profissão e maior divulgação e criação de novas oportunidades de trabalho para a categoria.

Psicanálise e Saúde Pública no ES

O Escritório Setorial do Espírito Santo, durante 1991, pautou sua atuação promovendo a Psicologia em suas diversas áreas de atuação. Como grande evento, organizou o II Congresso de Psicanálise e Saúde Pública, implementou a atuação da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), participou da Conferência Municipal de Saúde, levou às plenárias em Belo Horizonte as reivindicações do Espírito Santo enquanto grupo de trabalho e man-

teve as reuniões das quintas-feiras às 19 horas. Reuniões onde se discutiu assuntos administrativos, projetos, além de ouvir a própria comunidade.

Para 1992, o Escritório do Espírito Santo pensa em desenvolver comissões de trabalho nas áreas de saúde, Educacional e Organizacional e, também, elaborar projetos para a comemoração dos 30 anos da Psicologia.

"Houve mais produção. Estivemos mais presentes. Avançamos". Essa é a avaliação que a presidente do Conselho Regional de Psicologia, 4ª Região, Marta Elizabeth de Souza faz dos trabalhos realizados pela entidade em 1991. Apesar da saída de alguns conselheiros, os trabalhos fluíram melhor, aconteceram de maneira mais intensa e até mesmo mais harmônica, permitindo-se chegar a dezembro com um saldo altamente positivo não só para a categoria dos psicólogos mas para a sociedade de uma maneira mais ampla.

A diversidade e amplitude dos trabalhos realizados pelo CRP-04 podem ser avaliados pela atuação de suas diversas Comissões (veja balanço nesta edição) e também pelas atividades de seus Escritórios Setoriais do Sul de Minas, Triângulo e Espírito Santo. Escritórios cujo objetivo de descentralizar a administração e estar mais próximo tanto do psicólogo quanto do usuário vêm sendo alcançados.

Em linhas gerais, assinala Marta Elizabeth, a atuação do CRP-04 se pautou por dois eixos: a organização administrativa e a atuação política. 1991 foi um ano, por excelência, dedicado à racionalização, modernização e eficiência na administração do CRP-04. Prova disso destaca a tesoureira Fátima Pio Cassemiro, é a ampliação do processo de informatização de todo o cadastro, permitindo informações rápidas e atualizadas.

No que se refere à atuação no plano social, o CRP não só estimulou o trabalho de suas comissões, como propiciou o surgimento de dois grupos de trabalho: Psicologia Organizacional e Laudo.

O CRP-04 promoveu uma intensa programação entre os dias 26 a 30 de agosto, a fim de comemorar o Dia do Psicólogo. Pela primeira vez na entidade, a data foi alvo de uma semana inteira de debates, discussões e palestras. O CRP-04, igualmente, sediou o Encontro Geral das Plenárias do CFP e CRPs, além de ter promovido o encontro preparatório para esse evento e realizado o 4º Encontro de Psicologia Educacional. Vale a pena destacar ainda que, a fim de subsidiar as discussões do Encontro Geral das Plenárias, o CRP-04 realizou uma pesquisa (veja matéria publicada na página 7 desta edição) e, junto com a Secretaria de Saúde e o Sindicato dos Médicos, trouxe a Minas o renomado psiquiatra italiano Franco Rotelli.

Enfim, o saldo é de muito trabalho. Para 1992, fiel ao compromisso assumido quando da eleição, os integrantes do 6º Plenário do CRP-04 garantem que não só vão manter como ampliar essa linha. E, desde já, estão pensando nas comemorações dos 30 anos da Psicologia no Brasil.

Confira aqui as deliberações da Assembléia Geral

Data: 07 de outubro de 1991
 Horário: 19h30m
 Local: Casa do Economista
 Número de Presentes: 19 pessoas

1) ATRASOS CONSTANTES DE CORRESPONDÊNCIAS

Deliberou-se pela elaboração e envio aos Correios denunciando o fato e solicitando providências da empresa a respeito.

2) O NÃO CUMPRIMENTO DA PROPOSTA APROVADA NA ASSEMBLÉIA DE 1990 DE EXECUTAR OS INADIMPLENTES ATRAVÉS DA COBRANÇA EM JUÍZO

A diretoria e a administração do CRP-04 justificaram o "não cumprimento desta proposta, devido problemas com o computador. O primeiro passo para tal tipo de cobrança - a publicação da listagem dos devedores em edital - já foi realizada.

3) ESCLARECIMENTO SOBRE O PAGAMENTO DA ANUIDADE DE 1991 EM BTN E/OU MVR

A diretora do Sindicato dos Psicólogos, Raquel Corrêa, solicita que seja registrada em ata a compreensão dos membros daquela entidade de que, na Assembléia de 1990, deliberou-se pelo pagamento em MVR ou BTN e que isso deveria ter sido explicitado claramente para a categoria. A presidente do CRP-04, Marta Elizabeth de Souza reafirma a posição da entidade de cobrança em BTN, segundo decisão da Assembléia de 1990 e sob orientação e respaldo do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Na compreensão dos membros da diretoria do CRP-04, a condição imposta pela Assembléia para se cobrar em BTN - o envio de correspondência à categoria explicando que a lei ainda ditava o pagamento em MVR - foi realizada através de carta postada junto com as gerais de cobrança.

4) A INEXPRESSIVIDADE DO CRP-04 DIANTE DOS FATOS OCORRIDOS

Nas discussões realizadas no Encontro Preparatório para o Encontro Geral das Plenárias CFP e CRPs e também durante este último, firmou-se a necessidade do Conselho se voltar mais para a sociedade civil e também de fazer maior uso da imprensa para se pronunciar. O CRP-04 pretende acatar tal sinalização.

5) APROVAÇÃO DA ANUIDADE PARA 1992

A anuidade de 1992 será de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) base agosto de 1991 e, portanto, sujeita a correção, com desconto de 20% para os pagamentos efetuados até o dia 05 de fevereiro; 10% até o dia 05 de março e, sem desconto, para quem pagar até 05 de abril.

6) APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE SE PUBLICAR OS PRINCIPAIS ITENS E DELIBERAÇÕES DAS ASSEMBLÉIAS DO CRP-04 NO JORNAL DO PSICÓLOGO

Proposta que o CRP-04 já vem cumprindo através da sessão "Na Ponta do Lápis" publicada em todo número do *Jornal do Psicólogo*.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 4ª REGIÃO OUTUBRO / 91

RECEITAS

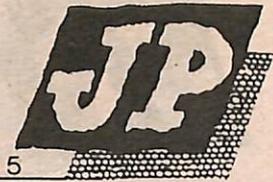
	PARCIAL	TOTAL
Receitas Correntes		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO		
Contribuições Sociais	69.489.927,64	69.489.927,64
RECEITA PATRIMONIAL		
Correção Monetária de Títulos de Renda	36.447.155,04	36.447.155,04
RECEITAS DE SERVIÇOS		
Rendas de Serviços Administrativos	2.618.817,75	2.618.817,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
Transf. Intragovernamentais	9.586.635,07	9.586.635,07
OUTRAS RECEITAS		
Receita da Dívida Ativa	785.533,51	
Receitas Diversas	956.957,00	1.742.490,51
RECEITAS DE CAPITAL		
Alienação de bens móveis	50.000,00	50.000,00
Mutações Patrimoniais		
Aquisição de Bens Móveis	1.025.616,00	1.025.616,00
		120.960.642,01

DESPESAS

Despesas Correntes	
DESPESAS DE CUSTEIO	
Pessoal	19.795.783,82
Obrigações Patronais	3.945.424,67
Material de Consumo	1.152.131,73
Remuneração de Serviços Pessoais	3.714.239,31
Outros Serviços de Encargos	23.923.974,92
Transferências Correntes	
Transf. Operacionais	24.998.713,57
Contribuições para formação do Patrimônio do Servidor Público	589.234,92
Despesa de Capital	
Equipamentos e Material Permanente	1.025.616,00

SUPERÁVIT

79.145.118,94
41.815.523,07



A História da Lei 5.766, quase uma epopéia

Marcos Goursand de Araújo *

O primeiro passo para criar os Conselhos de Psicologia foi dado em Belo Horizonte em 1965, por ocasião da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. O então deputado Antunes de Oliveira apresentou o projeto nº 4045/66 na Câmara dos Deputados o qual acabou sendo arquivado.

Em 1969, ao refutar pretensões de um pequeno grupo de médicos paulistas que pretendia a revogação do item "d" do artigo da lei 4.119 (solução de problemas de ajustamento), através de um processo no Ministério da Saúde, a professora Elisa Veloso, contando com a colaboração do Dr. Carlos Pais de Barros, propôs o desarquivamento do projeto 4045, que foi retomado pelo Ministério da Educação e Cultura. A relatora do MEC, Dr^a Nair Fortes, incluiu modificações alheias ao interesse da classe mas que as Sociedades de Psicologia tiveram que aceitar dada a urgência de sua tramitação para que o projeto pudesse ser transformado em decreto-lei. Pouco depois, um grupo de interessados conseguia a reabertura, por dois meses, do prazo do artigo 21 da Lei 4.119 (as pessoas que, na data da publicação desta Lei, já venham exercendo ou tenham exercido por mais de cinco anos, atividades profissionais de Psicologia-Aplicada, deverão requerer no prazo de 180 dias, após a publicação desta Lei, registro profissional de psicólogo).

Todo cuidado foi pouco para se evitar pressões

Até outubro de 1969, trabalhou-se pela melhoria e aprovação do projeto oriundo do Ministério da Educação e elaborado por uma comissão inter-ministerial. Várias informações contraditórias e infundadas chegavam continuamente ao nosso conhecimento, algumas dando conta inclusive de que o projeto havia sido aprovado.

Em novembro de 1969, durante reunião da diretoria da Sociedade de Psicologia de São Paulo, tomou-se a decisão de se refazer o projeto, de modo a que pudesse atender melhor às necessidades profissionais dos psicólogos.

A Associação Brasileira de Psicologia e a Sociedade de Psicologia de São Paulo decidiram então trabalhar sozinhas e sem divulgação, para evitar as pressões contrárias ao projeto.

Após a sua reelaboração, em audiência com o Ministro do Trabalho, marcada pelo deputado e psicólogo Bezerra de Mello, entregamos o projeto que recebeu o número de protocolo 306846 do MTPS. Nesse trabalho, as Sociedades contaram com a colaboração da psicóloga Márcia de Mello e Silva, que estabeleceu contato com autoridades federais e compareceu conosco às audiências, em Brasília, quando entregamos, em dezembro de 1969, ao Chefe do Gabinete Militar, general Vianna Moog, uma carta da ABP e da SPSP, endereçada ao presidente da República, pedindo urgente aprovação do projeto.

Emenda Pedroso Horta descaracterizaria projeto original

Em fevereiro de 1970, a Associação Brasileira de Psicologia Aplicada enviou memorial ao Ministro da Educação e Cultura, sugerindo que fosse encaminhado ao Congresso, o anteprojeto elaborado pela Comissão interministerial.

Em março de 1970, com a reabertura do Congresso Nacional, o antigo projeto 4045/66 foi retomado pela Comissão de Educação e Cultura, deputado Lauro Cruz. Em junho, reunimo-nos com o relator, reformulando esse projeto e incluindo diversos pontos essenciais do projeto elaborado pela ABP e pela SPSP. Dentre esses pontos destacam-se duas prerrogativas básicas do

CFP (exercer função normativa e baixar atos necessários à execução da legislação reguladora do exercício profissional; definir o limite de competência do exercício profissional, conforme os cursos realizados ou provas de especialização prestados em escolas ou institutos profissionais reconhecidos) e a sua competência para proceder aos registros de psicólogo especialista, em que se garantiria o exercício das especializações, inclusive a psicoterapia.

Em julho de 1970, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprova o projeto com as modificações propostas. Até aqui a SPSP havia trabalhado praticamente sozinha, só contando com a colaboração da ABP. Temia-se que, com a divulgação do projeto, surgissem emendas contrárias ou favoritistas, o que veio realmente a acontecer.

Em agosto de 1970, a Comissão de Justiça, o deputado Pedrosa Horta propõe incluir uma emenda possibilitando aos diplomados em cursos universitários que estivessem "há mais de doze meses no exercício de cargos públicos ou funções de psicólogos, obterem registro de psicólogo".

Alertados pelas Sociedades de Psicologia de Brasília e de Minas Gerais, a Associação Brasileira de Psicólogos, a Sociedade de Psicologia de São Paulo e a Associação Profissional dos Psicólogos de São Paulo, esta já então reconhecida pelo Ministério do Trabalho, enviaram representações aos deputados pedindo rejeição das emendas, o que foi conseguido graças especialmente,

ao trabalho do deputado Clóvis Stenzel.

Em novembro de 1970, enviado para o Senado, o projeto é rapidamente aprovado nas Comissões de Justiça, Educação e Legislação Social. Ao ser apreciado em plenário, porém, o senador Wilson Gonçalves, conseguiu incluir nova emenda reabrindo o prazo do artigo 21 da Lei 4.119 para que pessoas interessadas pudessem obter o registro profissional de psicólogo. Novamente as Sociedades se mobilizam para sua rejeição, enviando ofícios ao presidente do Senado e a todos os senadores. As emendas são rejeitadas, mas o projeto volta à Câmara, para modificações de redação. O Congresso, entretanto, entra em recesso.

Em 20 de dezembro de 1973 foi instalado o CFP, em Brasília

Reabrindo-se o Congresso, em abril de 1971, o projeto sofre modificações na redação de artigos que se referiam a aspectos burocráticos dos Conselhos sem no entanto afetar o seu espírito básico. É aprovado na Câmara e volta ao Senado. Nova tentativa de reabertura de prazo de inscrição de pretendentes a psicólogos é tentada.

A esta altura as Sociedades de Psicologia já formam um movimento coeso coordenadas pela Sociedade de Psicologia de Brasília através das doutoras Glória Quintella e Ady Correia Dias para impedir qualquer emenda no projeto. Apoiadas decididamente pelo deputado e psicólogo Clóvis Stenzel e pelo senador Franco Montoro, os psicólogos vêm o projeto subir ao Executivo onde, após passar pelas mãos dos Ministros do Trabalho e da Educação, recebe a sanção presidencial em 20 de dezembro de 1971.

Ficava, assim, criada a instância máxima de orientação, disciplinamento e fiscalização do exercício profissional da Psicologia no País, mas havia ainda uma etapa a percorrer. Nova tentativa de um grupo de médicos para revogar o item "d", do artigo 13 da Lei 4.119 é elaborada nos bastidores do Ministério da Saúde, o que, de novo obriga as associações científicas a se movimentarem contra mais uma manobra.

Finalmente em 20 de dezembro de 1973, os delegados das associações de Psicologia elegem e instalam o Conselho Federal de Psicologia, em Brasília.

OS PASSOS DO PROJETO

- 1965 - É apresentado na Câmara Federal o projeto de lei nº 4045, que acabou arquivado.
- 1969 - É proposto o desarquivamento do projeto de lei nº 4045, retomado pelo MEC.
- 1969 - novembro - Durante reuniões da SPSP decidiu-se refazer o projeto.
- 1970 - março - O artigo projeto 4045/66 é retomado pela Comissão de Educação e Cultura do Congresso Nacional.
- 1970 - julho - A Comissão de Educação da Câmara aprova o projeto com as modificações propostas.
- 1970 - agosto - É proposta emenda pelo deputado Pedroso Horta.
- 1970 - novembro - Projeto aprovado nas Comissões de Justiça, Educação e Legislação Social do Senado.
- 1971 - abril - Projeto sofre modificações na redação de artigos relativos à burocracia dos Conselhos.
- 1971 - 20 de dezembro - Projeto, já aprovado pelo Congresso Nacional, recebe a sanção presidencial.
- 1971 - 20 de dezembro - Delegados das Associações de Psicologia elegem e instalam o CFP.

(*) Professor de Psicologia da UFMG. Delegado da Sociedade Brasileira de Psicologia e Clínica Psicológica à instalação e eleição do 1º Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Encontro Geral das Plenárias

Uma reunião e muitas avaliações

Durante três dias - de 25 a 27 de outubro - estiveram reunidos, em Belo Horizonte, na Escola Sindical 8 de Outubro, 150 representantes e convidados do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos oito conselhos regionais da categoria. O objetivo do encontro foi o de dar continuidade às discussões iniciadas em 1980, durante o I Congresso Unificado dos Psicólogos Brasileiros, sobre a necessidade de reconstrução da instituição.

Os participantes dividiram-se em grupos e buscaram definir a função social dos conselhos, suas atribuições para com a categoria e a sociedade, sua estrutura interna e suas diretrizes funcionais.

Apesar das discussões - que tomaram os dias e parte das noites - os três dias não foram suficientes para esgotar todos os temas, alguns ainda polêmicos para a categoria e, outros, necessitando de aprofundamento maior para gerar discussões. Um dos coordenadores do encontro, Guilherme Azevedo do Vale, enumerou, no entanto, três principais posicionamentos que foram consensuais das plenárias: incremento à orientação das plenárias, a divulgação de informações esclarecedoras junto a população quanto a qualidade dos serviços que recebe e das disponibilidades de atendimento e a questão jurídica da profissão.

As plenárias aprovaram, ainda, confirmando posicionamento já discutido em outros encontros, a permanência dos conselhos, mas considerando que essas instituições devam passar por um processo de reestruturação interna, que as permita assumir sua função social. Nessa perspectiva, foram aprovadas 13 propostas que buscam caracterizar o papel social dos conselhos, bem como diretrizes para sua atuação na fiscalização do exercício profissional, na sua relação com as universidades, na promoção do desenvolvimento do profissional e na divulgação da Psicologia, junto à sociedade.

As propostas de reestruturação interna da instituição foram divididas em dois grupos: dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal. O primeiro elenco das medidas inclui a formação de um grupo de trabalho para estudar a redivisão territorial da composição dos CRPs das regiões Norte e Nordeste; criação de um Conselho Consultivo nos CRPs, com a participação de representantes da sociedade civil.

Do segundo grupo, foram aprovadas por consenso apenas duas propostas: o encaminhamento pelos CRPs das discussões sobre a reestruturação da autarquia e da definição de uma nova composição, paritária, para o Conselho Consultivo e a definição de sua natureza. Ficou definida, também, a instalação de um processo constituinte dentro da entidade com a mobilização de toda a categoria, que deverá culminar com a realização de um Con-



150 representantes aprovam a permanência dos conselhos, mas propõem reestruturas internas na instituição

gresso Nacional Constituinte, com data a ser definida, mas com prazo até agosto de 1993 para acontecer. Esse congresso terá o caráter deliberativo sobre os rumos da autarquia

Polêmica e Contradição

Apesar do consenso entre os participantes sobre a importância, no momento, de permanência dos conselhos como instituição representativa da categoria, ainda que com uma estrutura interna renovada, foi mantida a proposta de extinção da instância federal, dentro de um prazo previamente estabelecido. A sua discussão, por ser um assunto extremamente polêmico, foi adiada pelo Congresso Nacional Constituinte.

Prova de que o assunto é polêmico entre os que participaram do Encontro e entre a própria categoria foi o encaminhamento, dentro de um mesmo grupo, de propostas que contradizem essa posição, como a de transformação do CFP em uma instância articuladora, constituída pela representatividade regional; de constituição da plenária do Federal com membros psicólogos de cada região, que não sejam conselheiros regionais; de criação de um Conselho Deliberativo para a autarquia, ou a de mudança do nome da entidade, que passa a ser de Direito Privado e não Público.

A discussão de todas essas questões foi também remetida para o Congresso Nacional

Constituinte, que deverá se realizar até agosto de 93.

Avaliações diversas

As diferentes expectativas em relação ao Encontro Geral das Plenárias do Conselho Federal de Psicologia gerou diferentes avaliações entre seus participantes no que diz respeito aos resultados dos três dias de discussões em Belo Horizonte.

Um primeiro grupo considerou o encontro satisfatório por permitir a ampliação e aprofundamento das questões que estavam já colocadas para a categoria. Esse grupo propõe a permanência e reestruturação dos Conselhos, entendendo, por outro lado, que essas mudanças devam ser fruto de processo vivenciado por toda a categoria, ainda desmobilizada e distante das discussões encaminhadas pelas lideranças.

A nova abordagem do público - usuário dos serviços dos psicólogos, identificado como cidadãos e não mais clientes; a necessidade de uma troca interdisciplinar com outras categorias; e o consenso sobre a necessidade de transformar o Conselho numa instituição com função social e não simplesmente burocrática ou corporativista são algumas das respostas aprovadas, já consideradas um avanço para esse grupo, dentro do processo que a categoria está vivendo.

O Encontro representou, para um segun-

do grupo, um retrocesso nas discussões iniciadas no Congresso Unificado. Teve um caráter burocrático e de autolegitimação dos conselhos. Para esse grupo, a ausência da discussão política e de apreciação rigorosa a respeito da natureza da crise que a categoria enfrenta impediu a emergência de novas propostas, resultando no auto-reforçamento das convicções já anteriormente estabelecidas.

O retrocesso foi diagnosticado a partir da preocupação dos participantes em responder às ameaças de intervenção política nas instituições, formuladas pelo ministério do Trabalho, omitindo a discussão da problemática histórica dos psicólogos e o encaminhamento de propostas objetivas para a solução dessas questões.

Para um terceiro e último grupo, o encontro foi inexpressivo dentro do processo de mudanças que se pretende implantar e implementar na instituição, na medida em que adiou para 93 a discussão de todas as questões importantes para a categoria. Sobre esses temas, mais polêmicos, o encontro limitou-se a constatar e confirmar posicionamentos já formulados anteriormente, sem trazer nenhuma contribuição para o seu equacionamento ou novas propostas.

O texto final do Relatório do Encontro Geral das Plenárias dos Conselhos de Psicologia está em fase de elaboração e será divulgado posteriormente.

PSIND-MG: posição equivocada e unilateral

Equívocado. Assim pode ser definido o documento do seminário "Análise e Caminho das Organizações de Profissionais Liberais e a Era Collor". Documento que serviu como referência para a elaboração da carta - programa dos candidatos à direção do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais (Psind-MG) para a gestão 1992-94.

Em reunião nos dias 12 e 13 de outubro, um grupo de psicólogos concluiu, entre outras coisas, que "os conselhos são entidades atreladas ao governo, trabalhando estanhamente entre si, presos ao legal e pretende defender seu profissional e a relação com o usuário, usando de ética pragmática e uniforme. Perdem o que diz respeito a uma relação transdisciplinar, a uma visão de conjuntura e na defesa de pautas conjuntas - perdem-se na defesa da corporação em detrimento da defesa da população".

Ao divulgarem essa conclusão e, mais ainda, ao incluírem-na como 6º item de sua carta-programa, o grupo que assim age comete uma série de erros, sendo o mais grave deles o de pretender falar em nome dos psicólogos sem, antes, sequer, ouvi-los.

Caso a categoria tivesse sido consultada, como seus representantes divulgaram, o resultado seria bem diferente. Basta verificar os resultados para os quais aponta a pesquisa realizada pelo CRP-04 sobre o seu próprio perfil, atuação e expectativas. Resultados que estão publicados nesta página.

Pesquisa revela perfil do CRP-04

Duas décadas após a criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e de suas seções regionais, a categoria dos psicólogos experimenta um momento dos mais ricos. É chegada a hora de se repensar a atuação desse Conselho e também de se conhecer, a fundo, o perfil e as expectativas desses profissionais.

A decisão do CFP de realizar, em outubro, uma reunião de todas as plenárias de seus regionais atendeu exatamente à necessidade de se repensar qual é a função social que têm, atualmente, os Conselhos de Psicologia e as mudanças que nela devam ser introduzidas.

O CFP, para subsidiar esse encontro, solicitou aos CRPs que respondessem a um questionário onde se tentava, sem qualquer metodologia, realizar uma sondagem preliminar sobre quem é e quais são as aspirações dos psicólogos em relação a sua entidade maior. Fiel a essa diretriz, mas procurando reunir elementos que pudessem, efetivamente, embasar as discussões no Encontro das Plenárias, o CRP-04 - que o sediou - decidiu pela realização de uma ampla pesquisa sobre o assunto.

Para tanto, foram contratados três consultores em pesquisas, o psicólogo e ex-presidente do CRP-04, Ricardo Moretzsohn e os economistas Elizabeth de Melo Novaes e Marta Oliveira Penzin dando-se início a uma verdadeira radiografia do que é e do que pensa a categoria dos psicólogos em Minas. Essa radiografia, já consolidada sob o título de "Perfil do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região: Atuação e Expectativas" será publicada, na íntegra, no próximo ano. Publicação que terá como objetivo levar a todos os psicólogos os resultados de uma pesquisa feita com o máximo de rigor metodológico, envolvendo 100 questionários cujos dados foram colhidos em outubro.

A amostra utilizada foi representativa dos psicólogos inscritos no CRP-04 distribuída por

quotas proporcionais às variáveis significativas do universo: subregião, data de inscrição no CRP e sexo. As regiões pesquisadas foram: Belo Horizonte, Zona da Mata, Zona das Vertentes, Sul de Minas e Espírito Santo.

A coordenação da pesquisa ficou a cargo de Ricardo Moretzsohn que contratou oito entrevistadores de campo e foram elaboradas 31 questões com perguntas abertas e fechadas. Alguns dados dessa pesquisa valem a pena ser mencionados. Ao contrário do que alguns setores da categoria dos psicólogos têm afirmado, 89,5% dos entrevistados consideram "importante" a existência dos Conselhos Regionais de Psicologia, contra apenas 3,5% que responderam "não" ao serem indagados sobre o assunto.

A pesquisa revelou que 34,5% da categoria considera boa a atuação do CRP, contra 19,7% que se mostravam sem expectativas em relação a essa atuação e 11,5% que acham que o CRP não os atende em nada.

De maneira mais ampla, os resultados da pesquisa indicam que 44,5% da categoria acham que o CRP cumpre sua função legal contra 29,0% que pensam de maneira oposta. Dados que servem para indicar que são, no mínimo



Moretzsohn: importante é escutar a categoria

generalizantes e precipitadas, as posições que defendem a dissolução dos CRPs por "não terem qualquer função a cumprir".

As funções legais definidas para os Conselhos - orientar, disciplinar e fiscalizar a profissão - são aprovadas por 62,79% dos entrevistados como devendo ser, realmente, as funções dessas entidades. Apenas 5,8% querem modificá-las.

A pesquisa abordou, ainda, temas como o da ética profissional. Nesse aspecto, 64% dos entrevistados pensam que a melhor forma de se normatizar a conduta profissional é através do Código de Ética. Mais ainda: 81,4% dos ouvidos são de opinião que o CRP deve funcionar como uma espécie de tribunal de processos éticos dos psicólogos. A maioria quer um Conselho que cumpra suas funções legais, que fiscalize e que assuma o ônus que inevitavelmente tem o papel de julgar colegas.

Em se tratando do perfil do psicólogo do CRP-04, ficou nítido com a pesquisa, que a categoria se preocupa com a questão ética e quer ver o assunto sendo alvo de debates, palestras e cursos. A categoria está também preocupada com o mercado de trabalho e espera do Conselho na linha da proteção, garantia e ampliação desse mercado.

É importante ressaltar, no entanto, que em alguns momentos, a pesquisa revela como há uma confusão por parte dos psicólogos na maneira de aprenderem o papel dos Conselhos. Afinal, não se trata de um conselho de psicólogos, mas de Psicologia. Razão pela qual Ricardo Moretzsohn enfatiza que o fundamental, a partir desses dados, é tentar entendê-los dentro do contexto atual. "A pesquisa foi um primeiro passo, um indicativo. Caberá, agora, ao Conselho analisar esses dados, refletindo sobre o que isso significa e sobre as implicações daí decorrentes. O importante é escutar a categoria", arremata.

O caminho é a participação

Nos dias 4 e 5 de outubro realizou-se em Belo Horizonte o Seminário preparatório para o Encontro Geral das Plenárias dos Conselhos de Psicologia.

O objetivo principal desse Seminário foi a discussão com a categoria, acerca dos temas a ser discutidos no Encontro geral, quais sejam:

- 1) Ética e Modernidade;
- 2) As instituições Sociais no momento;
- 3) O papel Social dos Conselhos;
- a) Relação do Conselho com a comunidade;
- b) Relação do Conselho com a clientela.

Discutiu-se a questão Ética e Modernidade, considerando-se a modernidade como um momento histórico da sociedade em que o projeto liberal do governo tenta abordar a sociedade através de uma universalidade de valores cuja idéia central é encobrir a Luta de classes. Nessa modernidade tardia onde há a perda do sentido trágico, onde cada cidadão deve fazer o que quiser, onde há um desvairado individualismo em que se observa a indignação do povo Brasileiro diante da esperteza bossal generalizada, do salve-se quem puder, onde regras técnicas e administrativas são meio eficazes para atingir os fins, sem se discutir os meios, chegando-se sempre num conteúdo moral. Verifica-se então, a impotência e o desamparo nacional do agir eticamente, produzindo grandes dificuldades diante da tomada de decisões acerca de questões éticas, enquanto questões que dizem respeito à sociedade como um todo. Há uma clivagem do

tipo: sujeito privatizado x coletividade estatal, que distancia o sujeito de seu papel social.

Vivemos então alguns impasses:

Como se inserir numa corporação de profissionais sem se perder de vista as questões como as lutas pela distribuição de renda, pela reforma agrária, pela habitação, saúde, educação, pelo problema do menino de rua, contra as privatizações, contra uma sociedade manicomial e na "legalidade" da justiça?

Discutiu-se também a origem das corporações. Surgiram na Idade Média. As corporações tinham como objetivo o enfrentamento do senhor feudal. O Mestre não dominaria os artífices. Havia uma aglutinação de iguais contra o mais forte. As corporações retornam no capitalismo em forma de grandes lutas sindicais como formas autônomas e contra o Estado. A concepção fascista coloca o Estado como mediador entre desiguais. Todas as instituições sofrem interferência jurídica, onde os conflitos e diferenças equivalem ao exarcebamento dos interesses das corporações, sem considerar que no estágio do desenvolvimento capitalista não temos mais profissionais puro e simples. Gera-se então o conflito Ético x sobrevivência. A questão é como intervir no marco do interesse geral. Como conciliar interesses corporativos em detrimento do interesse social? O Estado (privativista) prega a diminuição de sua presença (Estatais), mas é profundamente intervencionista. O que está posto, portanto, como

uma questão de cidadania, são as seguintes questões: Como unificar? Como aglutinar? Como retomar a subjetividade das pessoas como elemento de recuperação do prazer? Estas questões apontam claramente qual seria a função social da nossa categoria como muito bem disse o Dr. Halley Bessa: "O Psicólogo fica preso em seu narcisismo e no do cliente, vive solitário e não é solidário". apontando assim para a omissão da corporação dos psicólogos em relação às lutas gerais da sociedade como um todo. Nesse sentido entende-se que o psicólogo seja realmente um profissional da Escuta e analisador importante dos acontecimentos sociais e que seu sigilo profissional não seja confundido com um sigilo social imobilizante. Urge então que os Conselhos se posicionem pública e permanentemente acerca das problemáticas sociais mais amplas. Os conselhos devem tomar a palavra no sentido de construir para a transformação da sociedade, rumo à superação do medo, a descolonização da mente e a liberdade humana em todas as suas dimensões.

A ética do psicólogo não pode se manter circunscrita na defesa de privilégios da classe enquanto categoria corporativa, mas deve ser comprometida com a Ética da sociedade como um todo, não perdendo de vista a sua divisão em classes.

Nesse sentido, entendemos que os conselhos devam avançar muito mais, quando propõem "divulgar à comunidade as potencia-

lidades da Psicologia". Na verdade, a Psicologia já é uma potência e compete aos conselhos e psicólogos, assumirem os seus lugares na história e dizer a que vieram.

Este seminário, apesar dos temas específicos, teve como tema central "A Função Social dos Conselhos". Entendemos que, no que diz respeito às suas funções, enquanto algo instituído, estão postas. Compete à sua máquina burocrática de acordo com seus plenários, executá-las: função orientadora, fiscalizadora, controle de qualidade, formação profissional, discussões sobre aspectos éticos específicos, etc.

No entanto, ficou claro que se os Conselhos se manterem apenas como órgãos que não ultrapassem os objetivos para os quais foram criados (instituídos), certamente estarão ultrapassados e distanciados da realidade social da qual os psicólogos são apenas uma parte. Resta-lhes então a mesmice, a omissão, a desarticulação e o individualismo.

O Caminho (instituinte) deverá ser a participação, o posicionamento efetivo diante de fatos sociais, a busca da transdisciplinariedade, o comprometimento e a sensibilidade com a construção social da plena cidadania do povo brasileiro.

Este relatório, que não pretende esgotar as discussões que ocorreram no seminário, foi elaborado pelas psicólogas Marta Elizabeth de Souza e Conceição Aparecida Pereira Rezende.

EDUCACIONAL

Perfil do Psicólogo escolar em BH*

Cristina Fellet

Pelos idos de 1988, a Comissão de Psicologia Educacional do CRP-04 direcionava os seus encontros no sentido de contribuir para a instrumentalização do psicólogo que atua na área escolar. Um dos primeiros temas surgidos nas reuniões - um projeto de assessoria - foi o relativo à alfabetização e suas implicações psicopedagógicas.

Quando o projeto começava a delinear-se, uma questão central redirecionou os trabalhos da Comissão: a quem destinaria esta assessoria? Tornou-se prioritário conhecer as origens e a trajetória profissional do psicólogo escolar. Tornou-se necessário, também, conhecer as sugestões que este pudesse dar ao seu próprio aperfeiçoamento.

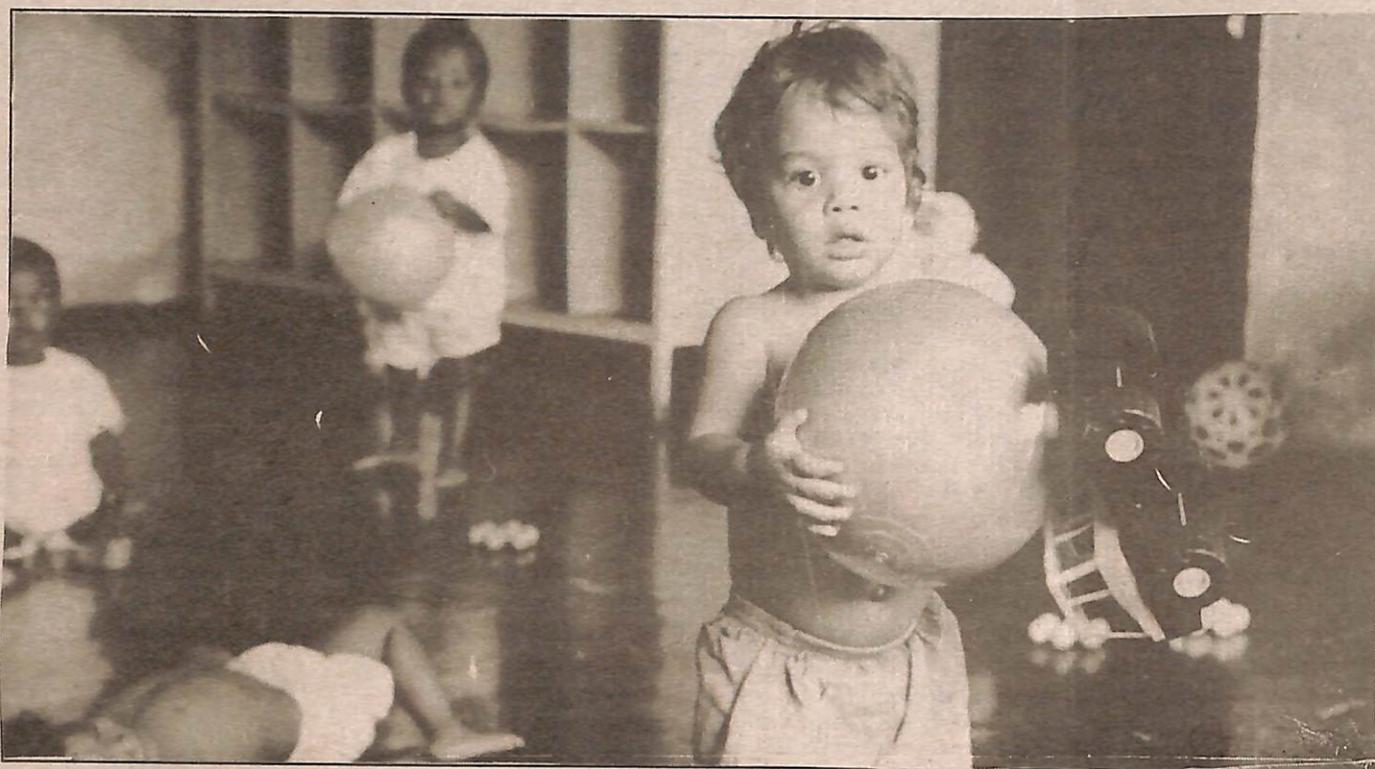
A pesquisa "O Perfil do Psicólogo Profissional em Belo Horizonte: Um Estudo Exploratório" foi elaborada com o intuito de investigar estas questões.

O desenvolvimento da pesquisa conviveu com algumas greves nas escolas públicas e particulares de Belo Horizonte. Assim, nos interrompidos anos de 89 e 90 foram feitos o levantamento dos psicólogos nas escolas de Belo Horizonte, a elaboração e aplicação do pré-teste do questionário, a distribuição dos instrumentos de pesquisa e foram aguardados (e como...) o seu retorno.

Aproximadamente 165 questionários foram enviados aos psicólogos escolares. Trabalhou-se com uma amostra de 23, que foi o número de psicólogos que, ao enviarem suas respostas, possibilitaram a execução deste projeto.

Em 1991, os dados da pesquisa foram organizados, analisados e apresentados no IV Encontro de Psicologia Educacional do CRP-04 e I Encontro Municipal de Psicologia Educacional de Contagem.

Aqui, será apresentada uma parte significativa de dados da pesquisa e as primeiras considerações que tais resultados possam suscitar.



Maioria dos trabalhos se destina à pré-escola

Muitos dados e algumas considerações

O questionário foi dividido em três blocos. No primeiro deles, sobre os dados pessoais dos psicólogos escolares, registrou-se uma maioria, quase que absoluta de mulheres, com uma média de 36 anos, trabalhando, principalmente, em escolas particulares e com registros profissionais como psicólogas. O tempo médio de trabalho na instituição-escola atual foi o de seis anos, com uma carga horária média semanal de 28 horas. A grande maioria dos trabalhos realizados destina-se à pré-escola e o salário médio deste profissional (por 30 horas semanais) é, na escola particular, de 5,5 salários mínimos e, na escola pública, de 3 salários mínimos.

No segundo bloco, relativo à formação acadêmica, verificou-se que mais da metade dos psicólogos escolares fez estágio na área escolar, enquanto aluno de graduação em Psicologia.

Quanto à realização de outro curso de graduação e cursos de pós-graduação, num dado nume-

ricamente pouco significativo, a Pedagogia e os temas educacionais ocuparam o centro destas informações.

Sobre cursos e seminários na área de Psicologia Escolar, quase a metade dos profissionais deixou de responder a estes itens. Aqueles que responderam, apontaram as seguintes áreas como as mais privilegiadas: Psicomotricidade, Educação Especial, Piaget e Construtivismo e Distúrbios de Aprendizagem.

No tópico relativo a pesquisas, artigos e livros publicados, sete artigos foram mencionados, dos quais cinco publicados, sendo que três foram elaborados pela mesma psicóloga.

No bloco terceiro do questionário foram enfocados aspectos da vida profissional dos psicólogos escolares.

A maior parte deles afirmou já haver trabalhado anteriormente em outras escolas e que também já tinham exercido outras atividades em Psicologia, predominantemente na área clínica. E é tam-

bém no consultório que, metade dos psicólogos escolares consultados trabalham concomitantemente à Psicologia Escolar.

Os principais motivos que os levaram à opção pela área escolar foram enumerados nesta ordem: experiências anteriores ligadas à educação, interesse pela área desde os tempos de faculdade e a possibilidade de realização profissional.

Quando questionados se trabalhavam, prioritariamente, a partir de um planejamento ou a partir de solicitações do cotidiano da escola, a primeira opção foi a mais indicada.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos psicólogos escolares, os dados do questionário permitiram uma análise comparativa quanto: a - atividades solicitadas pela escola; b - atividades desenvolvidas pelos profissionais; e c - atividades sugeridas como pertinentes ao trabalho do psicólogo escolar, mesmo que ainda não tenham sido executadas.

Em primeiro e segundo lugares, nas três classes de atividades, foram citadas as ocupações destinadas à orientação de pais e professores, respectivamente. No terceiro e quarto lugares, dentre as atividades solicitadas pelas escolas foram apontadas a orientação acerca de problemas específicos de conduta e encaminhamento de alunos. Dentre as atividades desenvolvidas pelos psicólogos escolares ocuparam o terceiro e quarto lugares, aquelas referentes à psicomotricidade e avaliação diagnóstica. As atividades sugeridas por estes profissionais, que ocuparam o terceiro e quarto lugares, indicaram uma maior participação no planejamento pedagógico da escola e uma ação direcionada à interdisciplinaridade.

Quanto ao último item do questionário, relativo ao intercâmbio entre os psicólogos escolares em Belo Horizonte, os resultados indicam que a grande maioria deles mantém contato entre si, porém de forma casual e informal.



O trabalho em equipe

A pesquisa, que foi aqui sinteticamente apresentada, pretende servir tanto à Comissão de Psicologia Educacional, quanto aos órgãos de formação do psicólogo, assim como aqueles colegas que trabalham em escolas, como um conjunto de elementos que possa levar à reflexão, análise e busca de novas alternativas à formação prática do psicólogo escolar.

No início do texto foram apresentados dentre os objetivos da pesquisa o conhecimento das origens e da trajetória do psicólogo que se dedica à área escolar, assim como que sugestões ele poderia ao aperfeiçoamento de sua prática. Cada um destes itens exige um estudo aprofundado utilizando-se destes e de outros dados já acumulados nesta área.

Respostas conhecidas, numa nova sistematização? Informações antigas, carregadas de urgência?

Pode-se afirmar que o curso de graduação, ao estar virtualmente direcionado à clínica, principalmente à prática psicoterápica, es-

teja dando insuficientes contribuições à formação do psicólogo que desenvolve seus trabalhos na escola. No conteúdo geral, precisa-se privilegiar o particular, como o é a instituição escolar.

Depois de formado, o lugar da especialização e do aperfeiçoamento deste profissional, é quase vazio.

Assim, fica a Escola, frequentemente, norteando a prática de "seu" psicólogo, que basicamente "atende" aos pais, profissionais e alunos que ela (escola) encaminha. Adiante, muitas vezes, um projeto de avaliação dos objetivos educacionais de identificação da prática psicopedagógica num contexto mais amplo do que o do "aluno-problema".

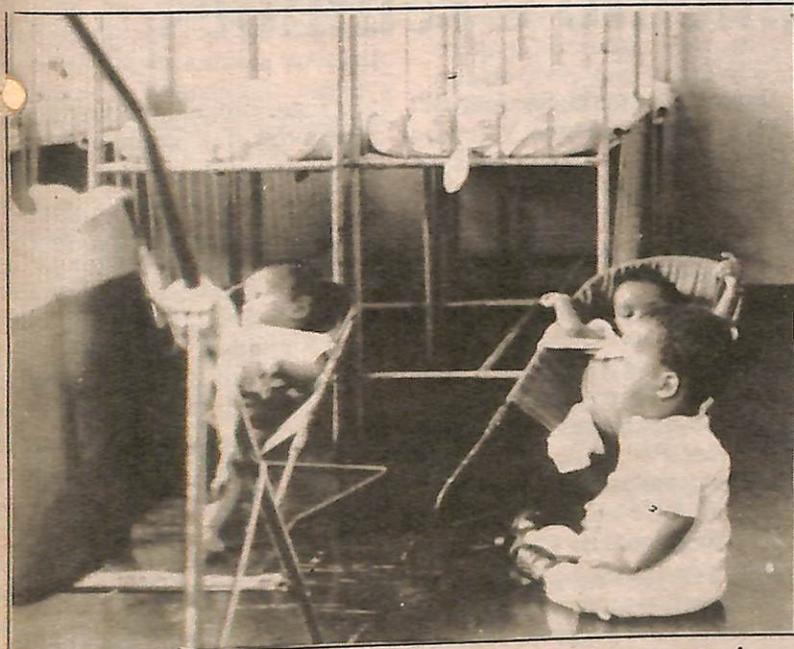
As sugestões que os psicólogos escolares apresentaram apontam para a necessidade de um trabalho de equipe na escola, de um planejamento e execução comuns, enfim, de vivência da interdisciplinariedade. Mais uma vez, a Escola se esforça para transformar o discurso democratizante em ação.

Discussões e aprofundamento

Da oportunidade que temos de atuar na área de Psicologia Escolar, esta vem se confirmando como um campo de ação extremamente rico, porém inexplorado, desvalorizado e até mesmo pouco conhecido não só dentro das escolas, mas também dentro da própria categoria dos psicólogos. O papel do psicólogo escolar acha-se mal

delimitado e mal definido, e o que pretendemos aqui, com essas primeiras anotações, é encaminhar e aprofundar a discussão sobre esse tema.

(*) Trabalho conjunto realizado pela Comissão de Psicologia Educacional (CRP-04) e pelo Departamento de Psicologia da UFMG, coordenado pela professora Cristina Fellet.



A área de Psicologia escolar é um campo extremamente rico

Em Valinhos, um raro privilégio

O I Congresso Nacional de Psicologia Escolar promovido pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar/Educacional (Abrapee), em Valinhos, São Paulo, no período de 27 de outubro a 1º de novembro, contou com a presença de mais de 400 participantes de todas as regiões do Brasil e convidados do exterior.

O Conselho Regional de Psicologia-04, levando em consideração a importância deste evento enviou três representantes da Comissão de Psicologia Educacional para que pudessem dele participar.

Os presentes constataram as mais diferentes formas em que atualmente a Psicologia tem

dado a sua participação na educação, tanto a nível nacional quanto internacional. Lá, foi relembrada a história da Psicologia Escolar/Educacional por quem a impulsionou no Brasil. Foi um verdadeiro privilégio, para os presentes, ter estado, nesses três dias, com Maria Helena Novaes, Ivone Gonçalves Khouri, Samuel Pfron Neto, Terezinha Lins de Albuquerque e tantos outros.

Esses contatos fizeram com que os presentes se sentissem revigorados, principalmente na crença de que a Psicologia tem grande importância no processo educacional. Isso não significa, por outro lado, que não se conheça suas limitações. Afinal, ela não é encarada como ciência capaz de

resgatar a escola do caos em que se encontra mas, inserida com outros profissionais numa relação interdisciplinar, é capaz de promover o homem através de sua resignificação, intervindo nos fenômenos psíquicos que ocorrem na escola.

Em função do que foi discutido em Valinhos, a avaliação dos membros da Comissão de Psicologia Educacional do CRP-04 é de que sua atuação tem sido muito bem encaminhada, pois "nossa preocupação trilha no caminho da busca da identidade do psicólogo educacional, sua capacitação e legalidade na rede pública de ensino".



Promover o homem através de sua resignificação: tarefa da Psicologia

Velha aspiração se torna realidade

Valeu a pena lutar. Valeu a pena não desistir. Os psicólogos acabam de conquistar um velho sonho: lecionar três disciplinas no segundo grau. São elas: Psicologia, Psicologia da Educação e Psicologia do Desenvolvimento Pré-Escolar. Há vários anos que a categoria pleiteava, sem sucesso, a ampliação de seu espaço em áreas em que estava plenamente capacitada. Finalmente, portaria assinada pelo ministro da Educação, em 14 de novembro (veja a íntegra) tornou realidade essa aspiração. Além de mais espaço de trabalho para os psicólogos, a medida contribuirá para a melhoria do próprio ensino brasileiro.

PORTARIA Nº 2.141, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1991

O Ministro de Estado da Educação, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 642/89, conforme consta do Processo nº 23001.0012221/85-07 do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º - O artigo 1º, item XXI da Portaria nº 399, de 28/06/89, publicada no Diário Oficial de 29/06/

89, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Aos licenciados em Psicologia:

- Licenciatura Plena: Psicologia, Psicologia da Educação e Psicologia do Desenvolvimento Pré-Escolar, no 2º grau, cumprido o que dispõem o Parecer nº 292/62 e os artigos 2º e 4º da Portaria nº 399/89".

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Um elo entre Psicologia, psicólogos e usuários

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-04 conta com três membros: um conselheiro e duas agentes de orientação e fiscalização, em Belo Horizonte. No Espírito Santo, a comissão tem uma profissional que atua também como agente de orientação e fiscalização.

Recentemente, os Escritórios Setoriais do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro selecionaram duas psicólogas que passarão a atuar nas respectivas regiões.

O trabalho desta Comissão esteve especialmente voltado para a orientação, sendo que a fiscalização ocorreu em relação às pessoas jurídicas preferencialmente. Os integrantes da COF acreditam que a categoria demanda um trabalho de orientação e este tem acontecido, principalmente no sentido de levar aos profissionais informações a respeito da ética profissional, da regulamentação da profissão, do papel do Conselho e sua função social.

Nesse sentido, a COF tem visitado as universidades, principalmente a PUC-MG (os professores da PUC solicitam mais a presença da comissão), realizando palestras e debates com os estudantes de Psicologia e também em alguns outros cursos.

Para 1992, os integrantes da COF programaram visitas a todas as escolas de Psicologia da capital e do interior. A COF participa ainda de outros grupos e comissões que atuam no CRP, tais como a Comissão de Psicologia Orga-

nizacional e a de Estudos Sobre Laudo Psicológico. Seus integrantes, igualmente têm participado de cursos, seminários, palestras sobre várias abordagens e áreas da Psicologia, com o objetivo de subsidiar o Conselho nas informações que são repassadas aos psicólogos e usuários da Psicologia.

A COF tem, também, desenvolvido seu trabalho frequentemente junto à Comissão de Ética, já que a maior parte das denúncias que chegam ao CRP passam pela COF. Ela recebe as denúncias, faz uma primeira avaliação (para esclarecer se procede ou não) e dá o encaminhamento necessário. Outra linha de atuação da COF diz respeito aos psicólogos recém-inscritos. Ela participa da entrega das carteiras dos Psicólogos, passando informações sobre o Conselho e buscando um primeiro contato que favoreça um maior intercâmbio do CRP-04 com a categoria.

A defesa da profissão, o esclarecimento do trabalho profissional à população, a organização da categoria são objetivos que o CRP-04 vem buscando através de muitas das ações desenvolvidas pela COF.

Por sua abrangência, pelo seu relacionamento direto com a categoria (em todas as áreas), é de se ressaltar a importância dessa comissão no CRP, constituindo um elo entre a Psicologia, o psicólogo e o usuário.

As reuniões da COF se realizam às quintas-feiras, a partir das 15 horas, na sede do CRP-04.



O trabalho da COF voltou-se mais para a orientação. Fiscalização só ocorreu em relação a pessoas jurídicas

A defesa da profissão e o esclarecimento do trabalho profissional à população entre os objetivos maiores do CRP-04

Treinamento e reuniões

Frente à necessidade de uniformizar as informações e as ações a serem desenvolvidas nas cidades onde ocorre mobilização de psicólogos e esteja sendo desenvolvida proposta de descentralização das ações do 6º Plenário do CRP-04, as Comissões de Orientação e de Orientação e Fiscalização promoveram um dia de treinamento para os representantes e articuladores destas cidades junto ao Conselho.

A reunião aconteceu no dia 9 de dezembro, na sede do CRP-04, estando presente os psicólogos Américo Galvão Neto (Juiz de Fora), Ana Cristina Couto Amorim (Montes Claros), Márcia de Oliveira (Uberlândia), Maria Tereza

Antunes Albergaria (São João Del Rey), Rossana Zampa Varendes (Juiz de Fora) e Sandra Athayde Silva (Governador Valadares).

Compareceram, pelo CRP-04, os conselheiros Marta Elizabeth de Souza, Kátia França Ribeiro de Oliveira, Luiz Cláudio Ferreira Alves e Vera Lúcia Dias e as agentes de Orientação e Fiscalização Mariza Brandão Esteffanio e Nilvana Helena da Costa, além da coordenadora técnica Heloísa Amaral. A Comissão de Psicologia Educacional do CRP-04 e os grupos de Laudo e Organizacional se fizeram representar, respectivamente, por Virgínia Nogueira Vieira e Sebastião de Jesus Dias.

Esta reunião teve os seguintes objetivos: 1 - informar sobre a estrutura e funcionamento do CRP-04; 2 - Discutir o funcionamento dos escritórios setoriais e as atuações locais e regionais; 3 - informar sobre as diretrizes anuais a serem seguidas pelos Conselhos Regionais; 4 - informar sobre a atuação das diversas comissões e grupos de trabalho no CRP-04 e 5 - subsidiar a elaboração de planejamentos para 1992, a nível local e regional.

Os psicólogos das diversas cidades vão fazer reunião com os profissionais de sua região e um novo encontro está previsto para março de 1992.



SAÚDE

Na saúde mental, o trabalho de maior destaque



A presença de Franco Rotelli em Belo Horizonte foi um dos pontos altos do trabalho em 92

TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS

Propostas para as terapias alternativas

A subcomissão de Técnicas Psicoterápicas, em reunião nos dias 6 e 7 de dezembro, no Rio de Janeiro, se posicionou frente à grande demanda de questionamento em relação às terapias alternativas. De acordo com o entendimento dos membros dessa subcomissão é inadequado e impossível assumir, de princípio, um papel de julgadora da validade ou não das diversas técnicas terapêuticas que vem surgindo atualmente.

Em função disso, a subcomissão propôs um procedimento sistemático para a solução do problema. Procedimento que, sem definir um roteiro ou metodologia científica, pretende levantar dados, estimular pesquisas e trabalhos científicos que possam permitir não só uma melhor avaliação das técnicas ditas "alternativas", como das técnicas já aceitas,

às vezes sem um critério científico mais rigoroso no meio acadêmico ou profissional. Para que isso seja possível, foram definidas algumas propostas de trabalho:

- 1º. Dossiê.
- 2º. Chamada de pesquisadores.
- 3º. Contrato de Parecer.
- 4º. A Comissão de Técnicas Psicológicas estabelecerá questões a serem respondidas.
- 5º. A Comissão avaliará o parecer.
- 6º. O Conselho Federal de Psicologia avaliará o parecer.
- 7º. Publicação Final.

Um dos caminhos para a solução dos problemas nesta área, de acordo com ponderação da subcomissão de Técnicas de Exame Psicológico, se dará através da criação de pesquisadores e profissionais em teoria e técnicas de exame psicológico. A obtenção desta massa crítica será possibilitada através de:

1º Intercâmbio sistemático entre pesquisadores/profissionais a nível nacional, viabilizando uma convenção anual.

2º Cursos de formação na área. Especificamente, a subcomissão está planejando a programação de um Curso de Especialização em Teoria do Exame Psicológico. Esta programação será decidida na reunião de 27 de março.

3º Fomento de convênios para apoio de pesquisas em Técnicas de Exame Psicológico.

Uma atuação mais externa ligada às questões de saúde ao invés de uma ação específica junto aos psicólogos que atuam na área. Assim pode ser definido o trabalho da Comissão de Saúde CRP-04 em 91.

A Comissão conta, atualmente, com quatro membros efetivos, e dentre os trabalhos que realizou destaca-se a ênfase dada ao projeto de lei do deputado federal Paulo Delgado (PT-MG) que propõe a extinção progressiva dos manicômios. Trabalho realizado através da mobilização e da discussão dessa lei em instituições ligadas à área da saúde e também nas universidades.

Os integrantes desta comissão participaram igualmente da discussão e da mobilização do Senado Federal, a fim de que o projeto seja votado. Da mesma forma, os membros da comissão de Saúde tiveram grande atuação na organização da 1ª Conferência Municipal de Saúde, onde atuamos com cinco delegados, e também tiveram presença destacada na 2ª Conferência.

Os membros da Comissão de Saúde participaram das reuniões plenárias do Conselho Municipal de Saúde, além de serem membros efetivos do Conselho Estadual de Saúde participaram da elaboração do plano de cargos e salários da Prefeitura de Belo Horizonte. Igualmente, negociaram com a Fhemig a contratação de psicólogos que lá prestaram concurso em 1987.

No interior, a comissão atuou junto a prefeitos e secretários municipais de Saúde no sentido de sempre se posicionarem sobre a importância do psicólogo na saúde pública, seja quanto às suas condições de trabalho, seja quanto à sua função.

Na 2ª Conferência Estadual de Saúde a comissão participou com 14 delegados e dois observadores. Os delegados representaram as seguintes cidades: Uberaba (psicólogos Nara Vânia de

Andrade, Lucas Félix de Oliveira e Antônio Carlos Ferreira), Juiz de Fora (Paulo César Machado Mandino), Poços de Caldas (Maria Vânia Silva de Castro), João Monlevade (José Eugênio Carvalho Gomes), Acesita (Eliane Maria de Sena Silva), Brumadinho (Jacques Akerman), Mutum (Sérgio Augusto Alves de Oliveira), Januária (Albano Silveira Machado) e Juiz de Fora (Ademir Antônio Nogueira). Belo Horizonte foi representada pelos seguintes delegados: Marta Elizabeth de Souza, Bianca Guimarães Veloso Carneiro, Gisele Onete Marani Bahia, Ana Lúcia de Souza e Denise Armond Ferreira.

Durante a conferência, além da participação nos grupos de trabalho discutindo a questão da saúde mental, foi feita, junto com outros profissionais, uma proposta relativa à Saúde Mental para que seja incluída na Lei Orgânica de Saúde Estadual. Foi aprovada, durante os trabalhos da conferência, uma moção de apoio ao projeto de lei Paulo Delgado e, também, uma moção referente à criança. Ainda na Conferência, houve a realização de uma mesa sobre Saúde Mental promovida pela Coordenação de Saúde Mental da Secretaria do Estado da Saúde com o apoio do CRP-04 onde foram apresentados dados sobre o trabalho realizado nos hospitais psiquiátricos do Estado, situação atual da rede, municipalização e formas alternativas para se enfrentar a questão da loucura.

No dia 26 de outubro, o CRP, junto com a Secretaria de Estado da Saúde e o Sindicato dos Médicos trouxe a Minas o psiquiatra italiano Franco Rotelli, coordenador do Serviço de Saúde Mental de Trieste (Itália). Rotelli, que sucedeu Franco Basaglia no posto, fez uma conferência sobre "Desospitalização". No próximo número do JP será publicado um texto sobre esta conferência.

OH! Minas Gerais

Gisele Onete Marani Bahia*

Nem sempre percorrer os caminhos de Minas é algo agradável, apesar dos poetas.

Nem sempre olhar lá no horizonte as nossas montanhas, depois de oito horas de trabalho nos trás a paz.

É que os montes e montanhas de Minas à distância se misturam nas cores do verde, do azul e do branco. Mas, é a cor negra que tinge meus pensamentos, meu trabalho nos últimos cinco meses. Percorrendo;

*corredores,
alas,
enfermarias,
banheiros,
celas fortes,
cubículos escuros,
pilhas de papel,
histórias,
retratos.*

O cheiro, característico e forte, entra pelos 7 buracos da minha cabeça, tomando meu corpo.

É o sistema de EXCLUSÃO. Olhando, o tremor, o andar arrastado, o nu, a ausência no olhar, a dor e a prisão... Os jargões nas papeletas;

*Paciente deambulante...
Paciente deambulante...
Paciente deambulante...*

*Paciente agitado...
Paciente agitado...
Paciente agitado...*

*Paciente melhora...
Paciente melhora...
Paciente melhora...*

*Paciente chorosa...
Paciente chorosa...
Paciente chorosa...*

*Paciente queixosa
Paciente queixosa
Paciente queixosa*

*m.m.m...
m.m.m...
m.m.m...*

(manter a mesma medicação)

*Paciente deambulante...
Paciente deambulante...
Paciente deambulante...*



Pacientemente, o dia dos pacientes é descrito em jargões.

As histórias de tantos anos, 10, 20, 30 ou mais. Longe de tudo, do apito do trem, do canto dos pássaros, da poluição sonora, do convívio familiar e social.

Aprendendo todos os dias que o seu lugar é ali. Lutando todos os dias contra essa idéia, essa ordem, essa dor e mantendo a expectativa de ganhar a liberdade. Fala-se em sair...

É possível, do lado de cá, imaginar 40 anos e 85 internações?

Alcoolismo!! O exemplo da carreira hospitalar psiquiátrica.

O governo paga, porque o sistema de financiamento aprova, aprova também o sistema político, econômico e social.

Encadeados, colocam na CADEIA do modelo assistencial vigente, os seus pacientes. Sozinhos e frágeis, contraditoriamente, são fortes objetos do PODER. Quem é o dono dos loucos?

Políticos, empresários e técnicos. Atores sociais que disputam os improdutivos que dão lucro.

São Pessoas? Cidadãos? Quem são esses, que ali estão à mercê de seus donos? É comum estarem dopados e entregues. Se adoecem, suas outras doenças não contam, tudo é loucura.

Morrem, a loucura basta, amarrados, contidos nos muros de concretos e nas grades frias.

O que fazer com o resto da vida, que sem dúvida existe?

Se são cerceados do mais simples e nobre direito à LIBERDADE.

Ser doente passou a ser refúgio?

A transitoriedade não existe?

Pode-se estar doente?

Ou é definitivo e sem volta?

As voltas com o PODER.

A luta pelo poder é forte, desfaz pensamentos, é capaz de causar surdez e cegueira.

Discursa sobre o ideal, nega a realidade, paralisa movimentos e trabalhos.

Desumaniza, contamina.

Profissionais contaminados e resguardados pelos altos muros dos asilos.

Do lado de fora, o contágio também se faz e o poder se dá, nas lutas entre as instituições, na fragmentação do trabalho, na inviabilização dos serviços.

OH! MINAS GERAIS

É preciso urgentemente transformar suas instituições, construir um sistema de saúde que considere a importância de se discutir e fazer prevalecer a ética, na escuta, no respeito ao diferente. Discutir sobre o perfil dos seus trabalhadores do setor saúde, reciclar, treinar, capacitar. Discutir sobre as instituições, que ainda formam profissionais sob a ótica individualista do mercado privado. Levantar a discussão sobre a doença mental para a população, buscar formas criativas de integrar os saberes técnicos e a sabedoria popular, conviver com a diversidade.

Agrupar técnicos, ex-pacientes, pacientes, familiares, pessoas interessadas em saúde mental e na reestruturação dos serviços. E na humildade reconhecer que não há um modelo teórico, que dê conta das diversidades do adoecer.

Avançar, oh! Minas Gerais!

Demolir os muros, trazer notícias do lado de lá.

Abrir os olhos e os braços, mudar a lei. Defender o direito dos pacientes.

Permitir o tratamento, a internação necessária.

Evitar a cronificação, não condenar à exclusão.

Isto em sinal de respeito.

Ao direito de poder adoecer e de estar doente.

Ao direito de lutar pela vida, de fazer parte da sociedade, de ser cidadão, de aprender a voltar e sair;

*dos corredores
das alas
das enfermarias
das celas fortes
dos cubículos escuros
das papeletas
dos jargões*

Então poder olhar na linha do horizonte, os montes e montanhas de Minas, que à distância se misturam nas cores do verde, do azul e do branco

EXISTE VIDA!!

Aos pacientes que trilharam o caminho da cronificação.

Eu os vi assim e a eles dedico;

*em prosa
em verso
na dor
do técnico
do humano.*

Novembro/91

(*) Psicóloga, coordenadora da Comissão Especial de Saúde Mental - SES-MG (Comissão encarregada da elaboração de um diagnóstico da rede de internação psiquiátrica pública e conveniada do Estado - 36 hospitais, de junho a outubro de 91), conselheira do CRP-04.

JORNAL DO PSICÓLOGO
R. Tomé de Souza, 860 10ª andar
CEP 30130 Belo Horizonte MG

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/MG
ISR-73-166/84